

Carlos Naconezy

Pets, Zoológicos,
Circos e Rodeios

**Ética do
Entretenimento
com Animais**

ÉTICA DO ENTRETENIMENTO COM ANIMAIS

Pets, Zoológicos, Circos e Rodeios

Carlos Naconecy

Direitos autorais © 2024 Carlos Naconecy

Todos os direitos reservados

ISBN 978-65-01-02552-0

ÍNDICE

[Página do título](#)

[Direitos autorais](#)

[INTRODUÇÃO](#)

[OS BENEFÍCIOS DO USO DE ANIMAIS DEVEM SUPERAR SEUS MALEFÍCIOS](#)

[OS ANIMAIS TÊM O DIREITO DE NÃO SEREM USADOS](#)

[NOSSO USO DE ANIMAIS TAMBÉM OS BENEFICIA](#)

[DEVEMOS PROMOVER A ATITUDE DE RESPEITO PELOS ANIMAIS](#)

[CONSIDERAÇÕES FINAIS](#)

[NOTAS](#)

[REFERÊNCIAS](#)

[Sobre o autor](#)

INTRODUÇÃO

A questão que perpassa estas páginas é a seguinte: usar animais para nos entreter é moralmente justificável?^[1] Afinal, entretenimento com animais não é uma necessidade pessoal nem social – é, à primeira vista, um mero capricho humano. É verdade que a imensa maioria dos animais que usamos acaba na ponta dos garfos e facas, como nossa comida. Mas há outro grupo numericamente muito menor, mas submetido a um tratamento também potencialmente violento e destruidor: aqueles mantidos como animais de companhia (*abreviadamente, “pets”*), os exibidos em jardins zoológicos (*abreviadamente, “zoológicos”*) e aquários (*parques aquáticos com mamíferos marinhos, como golfinhos e orcas*), os que fazem performances em circos ou utilizados em competições e esportes, como corridas e rodeios. O objetivo deste livro é tratar das questões éticas implicadas nessas práticas.^[2]

A domesticação dos animais, com o advento da agricultura e da pecuária, há pelo menos 12.000 anos, mudou o status dos animais, de criaturas respeitáveis e temidas para indivíduos subjugados e escravizados. Milhões de anos de evolução fizeram os animais selvagens se adaptarem aos seus habitats nativos. Mas, ao longo do tempo, eles foram removidos dos lugares a que pertenciam, transportados para um ambiente completamente estranho a eles, e mantidos em cativeiro. Concomitantemente, algumas poucas espécies foram escolhidas para receber a afeição humana. Tudo isso parece fortemente antiético para uma boa parte das sensibilidades morais contemporâneas. Para outras pessoas, todavia, os males provocados pelos zoológicos, circos e rodeios têm um nível eticamente aceitável.

Na crítica ética a tais instituições está a premissa de que animais têm (algum) status moral. E isso, por sua vez, significa que prejudicar um animal é, em princípio, errado – não pelo que provoca ao próprio agressor, aos outros indivíduos ou a sociedade como um todo. Prejudicar um animal é antiético porque os próprios interesses do animal são violados. Dito de outro modo, posso ser cruel com um cão ou elefante de um modo tal que não se aplica a uma boneca de plástico, um rio ou uma rocha.

Tradicionalmente, o pensamento e as atitudes civilizatórias são fortemente favoráveis ao uso de animais, desde as sociedades mais remotas. Trata-se da ideia milenar de que os humanos são superiores a todas as outras criaturas da Terra. A natureza não humana teria um valor apenas instrumental, sendo nós os seus mestres. Tal ideia percorre a Antiguidade Grega, passando pelo Velho Testamento, e atravessa o olhar dos pensadores medievais e da Idade Moderna. Na sua versão atenuada, temos a ideia de que as coisas da natureza importam eticamente e tem valor moral, mas o *Homo sapiens* importa eticamente (*muito*) mais e tem um valor moral *especial*. Nesse caso, os animais são vistos com alguma deficiência imanente, como a incapacidade de usar a linguagem ou articular o pensamento abstrato. Assim, segundo a ortodoxia moral, usar um animal para nosso entretenimento não é eticamente problemático, desde que atendido seu bem-estar básico, dado por uma suficiente alimentação, abrigo e cuidado veterinário. A crítica aqui é que, ainda que o *Homo sapiens* ocupe o topo da escala hierárquica de valor no Universo, não estamos isentos de freios éticos em relação aos animais, como veremos a seguir.

Mas se a atual sociedade vê como eticamente aceitável o uso (letal) de animais como comida, por que o uso (não letal) de animais como recreação também não o seria? Afinal, o número de animais usados para o entretenimento humano é insignificante quando comparado aos animais que matamos para comer: a cada dia, são bilhões de animais abatidos! Esse grupo de animais comestíveis, vítimas dos horrores da pecuária, é tratado de forma extremamente violenta e cruel. Vários pensadores já denunciaram que os prazeres do paladar e da culinária não são razões suficientemente fortes para justificar o martírio de criaturas incapazes de falar para se defender da insensibilidade humana. De qualquer modo, isso não significa que os animais destinados à companhia, recreação e entretenimento humanos estejam imunes aos mesmos maus-tratos verificados nas fazendas e laboratórios: eles são confinados em jaulas, alimentados por uma dieta artificial, castrados, engravidados à força, tem seus filhotes roubados e são separados da sua família desde o nascimento.

Para o atual cidadão urbano típico, a experiência de ter contato com animais ao vivo é, em princípio, algo bom. E, não por acaso, os zoológicos atraem milhões de visitantes todo os anos, já existindo pelo menos desde 3.000 a.C.. Até poucas décadas atrás, a percepção popular a

respeito de aquários, circos e hipódromos evocava locais de passatempo inofensivo. Aliás, os animais sob os cuidados humanos parecem ter uma vida mais longa, menos violenta e mais saudável do que a vida na natureza selvagem. A compra de um pet de raça e o abandono de cães e gatos também não levantava grandes preocupações éticas.

Mas as percepções mudaram. Atualmente, constatamos uma crescente desaprovação pública quanto a capturar um elefante na África ou um golfinho no Mar do Caribe para, a seguir, colocá-los em cativeiro. Parece-nos intuitivamente errado que um pinguim da Antártida esteja vivendo hoje em um zoológico de um país tropical. Parece-nos que um urso polar do Ártico não deveria estar morando em São Paulo ou Nova Iorque. As atuais sensibilidades morais também se incomodam ao ver os tratadores alimentado animais com *outros* animais vivos nos zoológicos. Ou ao saber que um deles foi transferido para outro zoológico, e afastado assim de seu grupo familiar ou social. Ou quando visitamos um zoológico e vemos um tigre dando voltas sem parar dentro de sua jaula. Dado que, nas últimas décadas, o tema bem-estar animal ganhou maior visibilidade, circos, rodeios e outros esportes com animais começaram a aparecer como instituições eticamente (mais) suspeitas. Provavelmente a popularidade dos pets na nossa sociedade está influenciando a percepção moral sobre tais instituições. Assim, cabe perguntar, com toda legitimidade, se devemos apoiá-las ou não.

OS BENEFÍCIOS DO USO DE ANIMAIS DEVEM SUPERAR SEUS MALEFÍCIOS (Ética Utilitarista)

Nesta seção, analisaremos uma “ética do confinamento e do cativeiro”.^[3] Animais de companhia e de entretenimento têm sua vida fortemente controlada por nós, o que implica seu confinamento e cativeiro - além de (1) eventuais maus-tratos no manuseio desses animais e (2) a própria captura deles na natureza, quando já não nascem em cativeiro.

Filosoficamente, a condição de prisioneiro exige justificção moral. No caso, a crítica ética é a seguinte:

1. O confinamento e cativeiro de animais envolve uma questão ética porque significa a privação da liberdade, o que, em princípio, é prejudicial à criatura aprisionada.
2. O cativeiro é particularmente antiético quando negligenciar as necessidades básicas dos animais: físicas (alimentação, abrigo e movimentação), psicológicas (estimulação ambiental) e sociais (interação com outros animais).
3. O cativeiro de animais (para nosso entretenimento inclusive) geralmente envolve maus-tratos físicos, psicológicos e sociais.
4. É eticamente errado servir-se de um animal cativo sem que haja uma razão suficientemente forte para tal uso – isto é, se isso não for necessário para produzir um bem maior.
5. O fim a que se destina o uso de animais para o entretenimento humano é, obviamente, o prazer decorrente dele.
6. Tal uso é desnecessário, já que outras formas equivalentes de entretenimento - *sem a utilização de animais* – estariam disponíveis. A utilização de animais para nossa diversão não é necessária para que levemos uma vida minimamente gratificante. É certo que a dimensão de lazer é inerente à condição humana,

mas a abolição de zoológicos, circos e rodeios não reduziria nossa qualidade de vida, nem nos impediria de nos divertimos.

7. Logo, entretenimento não é uma boa justificativa moral para manter uma criatura em estado de confinamento e cativo.

O mal do confinamento e do cativo, não obstante, deve ser moralmente cotejado com eventuais benefícios da proteção e cuidado dispendidos no estado de cativo. Trata-se aqui de uma análise caso a caso. Quando o confinamento de um animal poderia atender aos seus interesses? Quando o zoológico ou o aquário for um lugar de proteção de animais ameaçados: se, por exemplo, a vida de um rinoceronte só poder ser protegida da predação humana se o removermos temporariamente de seu habitat natural, para depois reintroduzi-lo na natureza.

Sob o enfoque do utilitarismo, uma determinada prática ou instituição será considerada antiética se ela produzir mais frustração/sofrimento do que satisfação/bem-estar para todos os envolvidos (humanos e animais). Assim, sobre a problemática do uso de animais para nosso entretenimento, as perguntas a serem feitas são as seguintes:

1. Como esses animais chegaram aos locais de uso?

Resposta: os animais que estão nos zoológicos, circos e aquários não foram achados abandonados como órfão nas florestas e oceanos. Se não eles, pelo menos seus antepassados foram capturados na natureza. Os chimpanzés dos zoológicos, os elefantes dos circos e os golfinhos dos aquários foram raptados enquanto filhotes e separados de suas mães enquanto viviam livres do outro lado do mundo. Esses animais, de inteligência e sociabilidade sofisticadas, experienciaram uma captura traumática, seguida de um transporte traumático, até desembarcarem em um local traumáticamente diferente e distante daquele que viviam antes da sua captura.

2. Como esses animais são mantidos em sua nova vida?

Resposta: com privação perpétua da sua liberdade, em um ambiente restrito e artificial, sob isolamento social permanente ou convivendo com um grupo social não natural a eles, e expostos

diariamente aos olhares dos visitantes à curta distância. Nos circos, encarcerados em jaulas; nos zoológicos, entediados e solitários; nos aquários, nadando em círculos em tanques de concreto. Esses animais adoecem devido ao estresse crônico e têm uma vida curta nesses locais, já que não estão adaptados a esses ambientes em termos evolutivos.

3. O que eles estariam fazendo se não estivessem nos zoológicos, circos, rodeios, etc.?

Resposta: exercendo seus instintos naturais e deslocando-se livremente, acompanhados pelo seu grupo familiar, na imensidão das florestas e oceanos ao redor do mundo.

Zoológicos

Estima-se que em torno de 5 milhões de animais estejam sendo mantidos em cerca de 10.000 zoológicos em todo o mundo.^[4] Em termos éticos, a prioridade de um zoológico deveria ser o bem-estar físico, psicológico e social dos seus animais. Mas, na maioria dos zoológicos, de modelo tradicional, a prioridade é outra: dar entretenimento ao público. Para que isso seja possível, tudo o que diz respeito às suas vidas deve ser controlado e limitado.

Muitas pessoas pensam que, para o próprio animal, é vantajoso morar num zoológico (aquário ou circo). Para elas, nada há de eticamente problemático aí. O argumento apresentado é o seguinte: na natureza, esse animal teria que enfrentar todo tipo de ameaças e dificuldades para sobreviver. Vivendo num zoológico, ele não passará fome nem será perseguido por predadores. A vida na natureza significa a probabilidade de morrer antes do tempo de vida médio para a sua espécie, sendo que um zoológico tentará prolongar a vida desse animal. Na natureza, não há garantia de obter alimento regularmente. Um zoológico oferecerá isso ao animal. Na natureza, doenças prolongadas podem reduzir o bem-estar desse animal. Um zoológico oferecerá cuidados veterinários. Em suma, é benéfico para o próprio animal viver num zoológico, logo, seu confinamento está moralmente justificado, segundo esse ponto de vista.

O problema é que o cativeiro não permite que um elefante, por exemplo, manifeste o comportamento que ele está naturalmente motivado a manifestar. Num zoológico, esse animal fica impossibilitado de executar as atividades que definem o que é ser um elefante afinal, ou seja, exatamente aquilo que constitui o modo de vida próprio à sua espécie - incluindo os desafios ambientais que (*sob a perspectiva humana*) parecem prejudiciais ao próprio animal, como ter que escapar de predadores. Essa é a razão pela qual os elefantes, que na natureza vivem mais de 70 anos, em cativeiro vivem em média apenas 14 anos.^[5]

As objeções ao cativeiro de animais nos zoológicos são várias, sendo as principais as seguintes:

1. Em cativeiro, o animal não pode se mover para onde deseja, nem viajar a longas distâncias. Elefantes asiáticos, por exemplo, necessitam de um mínimo de 100 a 200 km² para percorrer, e zoológicos simplesmente não podem oferecer isso.
2. Na natureza, o animal escolhe a comida de sua preferência (a partir da sua cor, sabor, textura, etc.). Mas em cativeiro o animal é obrigado a comer o que lhe é dado, num determinado horário, sem escolha.
3. Na natureza, filhotes de elefantes e de orcas permanecem ao lado de suas mães por décadas. Mas no zoológico os filhotes frequentemente não permanecem com suas mães: eles são emprestados, trocados ou vendidos a outros zoológicos. Por serem separados da sua família muito cedo, tais filhotes, quando atingem a maturidade, costumam abandonar suas crias, pois não puderam desenvolver suas habilidades maternas.
4. Na natureza, o animal é estimulado socialmente ao encontrar animais estranhos. Em cativeiro, essa interação casual com animais estranhos é impossível.
5. No zoológico, o animal ficará separado de outros animais - ou, ao contrário, será forçado a viver muito próximo de outros.
6. No zoológico, o animal não pode escolher o parceiro para acasalar.
7. Na natureza, o animal está sempre em atividade e estimulado física, social e mentalmente. Em cativeiro, o animal não manipulará objetos

novos no ambiente, nem investigará novos odores ou sons, nem lidará com quaisquer outras novidades.

8. O mundo do cativo é monótono, previsível e rotineiro, como em qualquer cela de prisão. A fim de compensar sua solidão, tédio, frustração e perda do controle da sua própria vida, os animais aprisionados adotam certos comportamentos repetitivos anormais sem uma função óbvia (estereotipia), como balançar o próprio corpo e andar em círculos dentro das jaulas. Esse indicador de estresse mostra o alto preço psicológico pago pelos animais em prol do nosso entretenimento. Aliás, os mesmos comportamentos repetitivos são encontrados nos pacientes confinados em instituições psiquiátricas e penitenciárias. Em suma, encarcerar qualquer criatura inteligente e social tem um efeito devastador. Não é por outra razão que a pena de prisão é considerada uma punição severa dentro da nossa sociedade.

9. Alguém poderia objetar que nos zoológicos os animais têm uma vida melhor do que teriam na natureza, uma vez que eles são alimentados regularmente, recebem cuidado veterinário e são protegidos dos seus predadores.

Curiosamente, esse argumento não é aceitável no caso humano. O senso comum considera que a liberdade é eticamente preferível a uma vida de cativo. Os critérios longevidade, acesso a tratamento médico, e alimentação garantida não justificam pôr uma pessoa inocente na prisão, mesmo que ela tenha lá uma vida segura, alimentada e medicada. Nem justificariam o sequestro de crianças vulneráveis em países pobres para levá-las a uma vida de cativo, supostamente segura, em um país rico.

10. Alguém poderia insistir que (alguns) animais de zoológicos só existem porque foram trazidos à vida com o intuito de viverem confinados nesses lugares (aliás, este argumento também se aplica aos pets). A ideia aqui é que, ainda que esses animais não tenham uma vida ideal, é melhor viver confinado nesses lugares do que não existir.

Novamente, recusaríamos esse argumento em se tratando de pessoas. Os pais de um adolescente não estariam justificados a manter seu filho preso em casa (bem alimentado e com cuidados médicos) sob o argumento de que ele foi trazido ao mundo para viver nessas condições mesmas.

11. Para capturar animais grandes e fortes como girafas e gorilas para um zoológico (ou circo), a prática é abater todos os membros da sua família, ou pelo menos a mãe, e tomar o filhote, que é bem mais fácil de capturar. E mesmo aqueles animais que conseguem chegar nesses estabelecimentos vindos da África, América do Sul e outros lugares, a taxa de mortalidade é alta: para cada primata que desembarca, oito ou mais morrem durante o transporte, por doenças, ferimentos, desnutrição e outras causas.^[6]

Aquários

A fim de que as pessoas possam ver de perto golfinhos, orcas e baleias, esses animais são capturados na natureza e confinados entre paredes de vidro. Mas, como denuncia Rob Laidlaw, esses animais têm uma natureza tal que uma vida minimamente satisfatória é incompatível como o cativeiro nesses estabelecimentos – para além da mera sobrevivência dentro de um tanque de água.^[7] O cativeiro de golfinhos, baleias e orcas restringe suas atividades naturais: eles não podem viajar as centenas de quilômetros que normalmente percorreriam dentro dos oceanos, nem usar seus sonares, nem escolher seus parceiros e nem saltar as ondas.

Em vez dos oceanos ilimitados e dinâmicos, resta-lhes viver como se estivessem em uma banheira. É simplesmente impossível reproduzir, entre as paredes de vidro dos aquários, o que esses animais viveriam nos mares:

1. Os mamíferos marinhos são conhecidos por navegarem a longas distâncias e mergulharem a grandes profundidades: golfinhos e orcas podem nadar 100km em um único dia e mergulhar 150m nos oceanos.

2. Removidos dos estímulos marinhos, eles não podem exercitar suas faculdades perceptivas e comunicativas sofisticadas. Em vez disso, eles são colocados para nadar em círculos intermináveis ao redor das paredes de um aquário vazio. Ou então repetem os mesmos saltos durante todo o ano para agradar os espectadores. O sofisticado sistema de ecolocalização de golfinhos e orcas, usado para navegar e caçar, de nada serve nos aquários.

3. Nos oceanos, a maioria dos cetáceos vive em grupos sociais de várias idades com fortes laços familiares, viajando a grande distância juntos. Mas os animais que chegam aos aquários foram raptados do seu grupo familiar marinho. Isso significa que eles foram removidos da sua estrutura social original e forçados a participar de grupos artificialmente controlados. Ou seja, o número de animais em cada grupo, a distribuição dos indivíduos por idade e sexo, e o espaço ocupado por cada animal será tremendamente diferente daquele que seria experimentado naturalmente nos oceanos. Os golfinhos, por exemplo, em vez de viverem com dezenas ou mesmo centenas de outros golfinhos nos mares, viverão, no cativeiro, com outros três ou quatro, quando não sozinhos nos tanques.

4. Essa restrição completa do estilo de vida natural desses animais gera tédio, estresse e outras graves anormalidades: a agressividade é rara entre orcas no ambiente natural, mas comum em aquários. Não há registros de ataques fatais de orcas a pessoas nos oceanos, mas isso já aconteceu muitas vezes nos aquários. Sua taxa de mortalidade anual em cativeiro é cerca de três vezes maior do que no mares. A expectativa de vida das baleias em cativeiro se reduz à metade. A vida média de uma orca em cativeiro é de 10 anos, contra os 70 ou 100 anos na natureza.

Em suma, como nos zoológicos, mesmo que os aquários tentem reproduzir o ambiente natural o máximo possível, nunca um animal aquático confinado poderá viver uma vida zoológicamente normal e, portanto, eticamente aceitável.

Conservação da espécie ou proteção do indivíduo?

A instituição do zoológico ilustra o contraste moral entre valorizar animais como indivíduos ou como espécie. Para os zoológicos, os animais são valiosos (principalmente) como exemplares das respectivas espécies. Já para o movimento de defesa animal, os mesmos animais são valiosos como indivíduos – independentemente da sua espécie estar, ou não, ameaçada. Zoológicos adotam um olhar tipicamente ecológico, segundo o qual as espécies têm uma importância moral direta, e quanto mais rara ela for, mais importante a espécie será. Ou seja, o acento moral

é deslocado do indivíduo para o grupo. A Defesa Animal, por sua vez, leva em conta que apenas indivíduos vivem uma vida: as espécies, como coletividades, são incapazes de ter quaisquer experiências subjetivas.

A partir dessa perspectiva, se um filhote nascer de um animal não ameaçado de extinção, um zoológico poderá executá-lo, se nenhuma outra instituição se interessar em ficar com ele. Por isso zoológicos costumam trocar animais entre si, não importando que os grupos familiares sejam desmantelados com essa permuta. Por isso um aquário alimenta um certo golfinho (ameaçado de extinção) com uma sardinha (não ameaçada de extinção). A Defesa Animal, por sua vez, lembrará que essas práticas seriam inconcebíveis se aplicadas aos seres humanos: ninguém pensaria em trocar livremente os filhos entre famílias humanas. Tampouco um cidadão chinês merecerá menos respeito do que um cidadão sueco, ainda que haja muito mais chineses do que suecos no mundo.

Alguns especulam que o declínio acelerado das populações de animais selvagens e a destruição de seus habitats ao redor do mundo sugere um tempo futuro em que algumas espécies serão vistas apenas em cativeiro. O bisonte-europeu, por exemplo, teria sido extinto se não fossem os zoológicos. Daí a justificativa comum em favor da privação da liberdade desses animais. Entretanto, zoológicos e aquários normalmente não se dedicam a tarefa de proteger animais ameaçados ou em risco de extinção. A propósito, estima-se que apenas 5% de todos os zoológicos no mundo fazem algo pela conservação das espécies animais.^[8] A grande maioria dos animais que reside nos zoológicos pertence a espécies não ameaçadas de extinção. Esses animais tampouco estão sendo preparados para serem libertados na natureza. Ou seja, a grande maioria dos zoológicos não atua como banco genético de espécies ameaçadas, não se engaja em ativismo ambiental-animalista, nem reintroduz na natureza os animais nascidos nesses locais. Na verdade, a lógica comercial que move os zoológicos/aquários faz com que tais estabelecimentos exibam animais que atraem a curiosidade pública (mediante pagamento de ingresso) – e não necessariamente animais cujas espécies precisam da nossa proteção para não desaparecer.

eticamente falando, em vez de exibir alguns poucos exemplares de uma espécie ao público, os orçamentos deveriam ser deslocados para a preservação dos habitats naturais nos quais essa mesma espécie vive. E

há que se proteger os animais dos caçadores. Mas mesmo a captura de animais sob a justificativa de criar uma população segura deles nos zoológicos é eticamente problemática: separa-se os animais de suas famílias, ocorrem mortes acidentais durante tal captura, além de estimular a captura de animais de forma ilegal pela pirataria.

Zoológicos, santuários ou parques naturais?

Em princípio, o zoológico mais ético será aquele que oferecer aos seus animais a maior possibilidade de eles exercerem seu comportamento natural. Assim, em substituição aos zoológicos tradicionais, teríamos (1) santuários administrados (*que reproduzem os habitats nativos*) ou (2) parques naturais (*tão grandes a ponto de não se visualizar suas cercas, algo como “megazoológicos”*). Nos santuários administrados, todos os animais recebem comida e cuidado veterinário. Nos espaços naturais cercados, há que se evitar desequilíbrios populacionais, exigindo que os predadores recebam alimentos, a esterilização de todos os animais ou outras medidas com o mesmo fim.^[9]

Circos

Pensemos nos elefantes. O elefante é um dos animais que mais atrai expectadores para um circo. Para propiciar um prazer momentâneo às pessoas, esse animal, que vive naturalmente em liberdade na Ásia ou na África, passará a maior parte da sua vida acorrentado sob uma tenda nos arredores de uma grande cidade. Em primeiro lugar, um filhote de elefante deve ser tirado de sua família. Depois ele tem que ser domado. Mas como fazer um animal com uma enorme força muscular não reaja à doma? Um animal de grandes proporções, obviamente, oferece risco às pessoas muito próximas a ele. Como fazer ele aceitar ser acorrentado? Como fazer ele prestar atenção ao treinador e ficar em posições antinaturais? Como fazer ele realizar truques bizarros? Resposta: o método de dominação clássico é lançar mão de algum tipo de violência - na melhor das hipóteses, psicológica - até o animal se render ao seu treinador. Nenhum tigre pula em círculos de fogo porque acha isso divertido. Nenhum urso anda de bicicleta porque é algo natural para ele.

É preciso um chicote. É preciso brutalidade. O público simplesmente não percebe isso porque ela ocorre antes das exposições – como já foi mostrado em vídeos gravados secretamente por entidades de defesa animal.

Importa notar que o sofrimento dos animais de circo é essencialmente gratuito e supérfluo, já que o divertimento dos espectadores seria também atendido sem o uso de animais selvagens e exóticos, com apenas trapezistas, malabaristas, palhaços e outras pessoas dispostas, voluntariamente, a estar ali. De fato, diversas sociedades ao redor do mundo já baniram o uso de animais em circos.^[10]

Esportes

Em primeiro lugar, note-se que a expressão “esporte com animais” normalmente é enganadora, na medida em que ela sugere um nivelamento entre competidores. Entretanto, em rodeios, por exemplo, um animal é perseguido por um humano, sem que o primeiro tenha condições de se equiparar ao segundo como um rival em um jogo. Pela mesma razão, também a expressão “caça e pesca desportivas” é enganadora.

No caso dos rodeios, os animais são perseguidos, laçados e derrubados. Como os animais usados nos rodeios não são selvagens, algumas medidas são aplicadas para fazê-los se comportar como animais selvagens. Para tanto, as partes sensíveis dos corpos dos animais são “estimuladas” para induzir o comportamento que se deseja deles. Se o corpo do animal não for irritado com instrumentos apropriados (esporas, choque elétrico, cintas e outros), ele não irá corcovar ou correr - sendo isso uma mera reação por parte do animal para tentar evitar a dor e o desconforto corporal produzido pelos profissionais do rodeio.

Também a equitação e as corridas de cavalos do modo como são praticadas geralmente envolvem violência. É utilizado chicote para impor disciplina ao animal.^[11] A própria prática de correr e saltar frequentemente provoca ferimentos nos cavalos, mais comumente, pernas quebradas. E ferir-se durante uma prova pode significar ser abatido mais tarde. Mesmo a aposentadoria usualmente significa também

a morte para esses animais, quando estão ainda jovens, com exceção dos poucos adotados ou enviados a santuários. Como no caso dos circos, aquários e zoológicos, a ética utilitarista vai perguntar se o prazer (*para os humanos*) derivado desses esportes supera, ou não, os seus males (*para os animais*). A resposta é não.

Pets

Primeiramente, duas observações importantes. Por “pet” entenda-se um animal que vive dentro de um lar e que não é destinado a ser comido. Por razões de brevidade linguística, nesta obra, “pet” equivale a “animal de companhia”, apesar das seguintes nuances: (1) o sentido de “ser propriedade de alguém” implicado pela palavra pet e (2) o fato de que muitas pessoas não consideram seus pássaros de gaiola e peixes de aquário como realmente animais de companhia, mas apenas pets. A segunda observação é que, tratando-se de pets neste livro, estamos pensando em cães e gatos, o grupo predominante entre nós, ainda que as mesmas considerações possam se aplicar a pássaros, peixes e outros tantos tipos de animais domésticos.

Estima-se que haja cerca de 1,5 bilhão de animais de companhia ao redor do mundo. São raros os casos em que os proprietários de cães e gatos são cruéis a ponto de tornarem a vida desses animais miserável. Geralmente, os interesses dos tutores e dos pets coincidem. Entretanto, mesmo os tutores mais amorosos frequentemente não atendem às necessidades dos pets por exercícios físicos, alimentação adequada e socialização. São muito comuns os casos em que um cão nunca saia de casa, viva praticamente sozinho e quase não se exercite - tratamento esse que pode ser entendido como maus-tratos. E por mais bem tratado que um pet seja, praticamente a nenhum cão ou gato será permitido expressar seu repertório comportamental *completo* vivendo dentro de um lar humano.

Cães e gatos são animais oportunistas, ou seja, a evolução os preparou para buscar situações recompensadoras em ambientes desconhecidos e imprevisíveis. Mas o interior das nossas casas e apartamentos não oferece semelhante dinamismo. Geralmente, esses animais não exercem escolhas nem são surpreendidos por coisas novas. Muitos deles passam a maior parte do seu tempo olhando as paredes. Seus ancestrais gastavam

muito do seu tempo procurando comida. Mas, hoje dentro das casas, recebem alimento numa tigela, no mesmo horário, independentemente do seu esforço. Pets precisam de exercício, companhia e estímulo. Não disponibilizar isso ao animal gerará tédio e estresse, além de comportamento antissocial e agressividade, dentre outras disfuncionalidades.

Isso gera outro problema, a saber, o número gigantesco de animais abandonados nas cidades. O resultado disso? Em todo o mundo, milhões de cães e gatos são mortos todo ano em abrigos para animais, por serem considerados impróprios para adoção, em virtude da sua idade, saúde ou temperamento. E sempre que a fome, inundações e guerras ameaçarem as pessoas, os pets serão os primeiros a serem deixados para trás, enquanto seus tutores lutam para sobreviver.

Mas há ainda outras questões. Desde o século XIX estamos modificando os pets a fim de atender padrões (arbitrários) de beleza ou desempenhar certas funções (como a luta ou caça). Isso se dá por meio de reprodução seletiva ao longo de muitas gerações, fazendo esses animais nascerem com certas anomalias físicas hereditárias devido a essa seleção artificial. Os cães da raça buldogue, de face achatada, com seus problemas respiratórios, são um exemplo típico disso. Outros recebem intervenção cirúrgica para se adequar às conveniências dos tutores, incluindo esterilizações e castrações, além das amputações de caudas e orelhas caninas ou das unhas felinas. Isso tudo pode ser muito bom para nós, mas é muito ruim para eles.

A abordagem utilitarista tratada nesta seção irá problematizar também a nossa relação com os gatos domésticos. A questão é a seguinte: devemos manter um gato confinado permanentemente dentro de casa ou permitir que ele saia à rua quando quiser?

Já foi estimado que os gatos domésticos com permissão para sair às ruas nos EUA acabam matando entre 1,3 a 4 bilhões de pássaros e 6,3 a 22,3 bilhões de mamíferos por ano. Cada gato mataria em média mais de três animais por semana, ainda que apenas a metade deles cace efetivamente. E mesmo que os gatos não matem suas presas, eles as ferem ou pelo menos causam estresse ao persegui-los.

Do outro lado desse debate, argumenta-se que as atividades de patrulhar e caçar são especialmente importantes para o bem-estar dos gatos: mantê-los longe disso significa prover-lhes uma vida felina vazia e sem sentido. O contra-argumento consiste em notar que a morte de pássaros e roedores pelos gatos seria moralmente pior do que a frustração dos felinos quando enclausurados. E, evidentemente, seus tutores são moralmente responsáveis pelas ameaças felinas a outras vidas. Analogamente, seria como deixar seu filho passear pela rua armado com um revólver. Além disso, ao alimentar um gato (um animal carnívoro), seu tutor se torna um cúmplice passivo dos males da indústria da carne, que é a principal responsável pelo massacre dos animais. A partir de tudo isso, alguns autores e ativistas concluem que não deveríamos ter gatos dentro de nenhuma casa, por motivos éticos.^[12]

A questão da zoofilia

Consideremos o caso da zoofilia – o relacionamento erótico com animais – seguindo de perto as reflexões de Fira Bensto^[13] O tema, como sabemos, é moralmente carregado. O contato ou atração sexual entre pessoas e animais é algo fortemente condenado pela sociedade. A visão predominante é que a zoofilia é uma categoria de transtorno ou perversão sexual. Há um consenso social, científico e legal de que quem a pratica é um abusador de animais, alguém que sofre de uma patologia mental. Antigamente, tal prática era restrita à iniciação sexual de muitos adolescentes nas zonas rurais, onde o acesso ao sexo antes do casamento é supostamente mais difícil. Entretanto, o recente aumento exponencial da presença de pets nos lares urbanos tornou esse tema ainda mais sensível.

Peter Singer sugere que o tabo da zoofilia pode ter origem na rejeição mais geral da atividade sexual sem finalidades reprodutivas, como ocorre na homossexualidade, masturbação e fetichismo. Mas, especula ele, por que a interação erótica com animais seria antiética quando o animal não for forçado a participar dela e nem machucado durante o ato? Ou seja, a zoofilia não seria necessariamente errada no sentido ético:

“Alguns homens usam galinhas como um objeto sexual, inserindo seus pênis nas suas cloacas (...). Isso é geralmente fatal para a

galinha (...). Isso é crueldade, pura e simplesmente. (...) Mas sexo com animais não precisa ser cruel. Quem não esteve em uma festa interrompida pelo cão da casa agarrando as pernas de um visitante e esfregando vigorosamente seu pênis nelas? O anfitrião geralmente não incentiva essas atividades, mas, a sós, nem todo mundo se opõe a ser usado pelo seu cão dessa forma, e ocasionalmente podem se desenvolver atividades mutuamente satisfatórias”.^[14]

Imagine uma mulher, Maria, vivendo com um cão em sua residência. Como é usual, há um forte vínculo emocional entre ambos, estabelecido ao longo dos anos de convívio. Imagine agora que Maria às vezes o masturbe ou até mesmo permita que o cão a penetre quando o animal está sexualmente excitado. Sob uma perspectiva rigorosamente utilitarista, essas práticas não seriam antiéticas, pois todos os envolvidos, Maria e o cão, se gratificam com o que é feito. Maria não reduziu o animal a mero objeto de sua satisfação sexual egoísta. Cabe então a quem acusar Maria de “abusadora de animais” provar que seu cão foi submetido a alguma dor, dano físico ou prejuízo psicológico ao interagir eroticamente com ela.

De fato, o que para Maria é um ato sexual, para seu cão pode ser apenas um alívio de tensões, por exemplo, através da masturbação. Trata-se de uma projeção antropomórfica indevida pensar que, para um animal, o significado do sexo é semelhante ao que é para nós, humanos. Por outro lado, haveria uma continuidade entre o “amor comum” entre tutor-pet e o “amor erótico” expresso pelo zoófilo. Pergunta-se, então, qual seria a diferença moral entre acariciar *afetuosamente* meu cão e acariciá-lo *sexualmente*?

É claro que, se você vê seu cão/gato como uma “criança peluda”, o tabu de acariciar sexualmente seu pet é explicado pela equiparação moral entre zoofilia e pedofilia. De fato, geralmente o ato sexual com animais é eticamente condenado porque é comparado com a prática de sexo com crianças. Se isso é assim, ambas as práticas devem ser erradas pelas mesmas razões. Em se tratando de animais, as duas objeções éticas mais frequentemente levantadas à zoofilia são (1) que essa prática prejudica os animais, pois ela está inerentemente carregada de violência, seja intencional ou não, física ou psicológica, e (2) que o animal não pode dar seu consentimento a ela. Ora, sendo cães e gatos animais hoje altamente

socializados, são por isso mesmo foco de todo tipo de expectativas antropomorfizantes por parte dos seus tutores. Se não, vejamos, voltando à experiência erótica de Maria com seu cão:

1. Em primeiro lugar, o animal não foi fisicamente ou psicologicamente prejudicado durante o ato. Ou por acaso esse ato pode prejudicar o animal tal como pode prejudicar uma criança abusada, ao deixar sequelas psicológicas perturbadoras de longo prazo na sua vida adulta? Cães não estão cercados de tabus sexuais como nós, humanos, estamos. Por isso, a experiência de Maria não oferece o mesmo risco que o abuso sexual de uma criança oferece. Ela não viola a dignidade do animal, tampouco viola sua dignidade sexual. Ao contrário, respeitou-se os impulsos sexuais próprios da animalidade, seja ela humana ou canina.

2. Quanto ao argumento de que os animais não dão, ou não podem dar, seu consentimento à interação sexual com humanos, a resposta óbvia é de que o próprio comportamento canino indica a concordância do animal em interagir eroticamente com seu tutor. Pensa-se aqui em consentimento *ativo*, indicado pelo comportamento explícito do animal, excitado, em favor da interação sexual. Exclui-se, portanto, os casos nos quais os animais são *condicionados* à interação sexual com humanos e quando os animais parecem *passivos* ou indiferentes a tal interação (por fim, se o cão é incapaz de dar seu consentimento à interação sexual, então ele também é incapaz de dar seu consentimento a outras tantas atividades corriqueiras, como quando o levamos para dar uma volta pelo bairro – mas, curiosamente, isso não representa um problema ético para os nós).

OS ANIMAIS TÊM O DIREITO DE NÃO SEREM USADOS (Ética Deontológica)

Nesta seção, analisaremos uma “ética do controle, dominação e escravidão”, assim formulada esquematicamente:[\[15\]](#)

1. Os animais usados para nosso entretenimento estão sob servidão, submissão e dependência conosco: temos controle total da sua rotina diária, espaço que ocupam, regime alimentar e vida sexual/reprodutiva.
2. Tal regime é semelhante à escravidão em todos os aspectos moralmente pertinentes.
3. A condição de escravo é eticamente indefensável e, portanto, deve ser abolida.
4. O animal tem o direito de não ser tratado como mero meio para nosso prazer (ainda que tal tratamento seja supostamente humanitário).

Na seção anterior, tematizamos os problemas éticos do cativeiro e do confinamento de animais destinados a nos entreter dentro dos lares, nos zoológicos, nos esportes, etc. Mesmo que, na prática, seja altamente improvável o uso de animais sem lhes causar sofrimentos, isso ainda não esgota a questão em termos éticos. Trataremos agora da própria relação de submissão e servidão. Na medida em que usar um animal para nosso entretenimento implica controlá-lo, a questão é estabelecer quando tal controle é ético e quando não o é.

A visão tradicional é em prol da legitimidade moral da supremacia humana e da ideia de que todos os animais deveriam estar à nossa disposição. A perspectiva contrária defende que já há forte condenação moral e legal quanto a manter pessoas em regime de servidão, logo, semelhante reprovação também deve ser dirigida aos animais que estão ao nosso dispor.

Tal tese, a propósito, é intuitiva: a maioria das pessoas se compadece ao ver um tigre trancado em uma jaula. Nesse caso, não importa que não haja evidências explícitas de crueldade e sofrimento. Não importa que um animal tenha uma vida até aparentemente prazerosa sendo usado pelo seu dono. Não importa que, sendo nosso escravo, o animal tenha suas necessidades e desejos atendidos. Ainda que cuidemos bem do animal, temos um regime de “escravidão benevolente” – e escravidão é inerentemente errada no sentido moral. Por fim, pouco importa que não usemos a palavra “escravo” em referência aos animais, porque vendê-los, comprá-los e matá-los é algo socialmente aceito e legalmente permitido.

O fato é que os animais que usamos são mantidos por portas chaveadas, correntes e cadeados. E eles não têm as chaves dessas portas. Eles também não podem escolher com quem irão se relacionar, nem o que ou quando irão comer, nem aonde irão passear. Eles teriam a autonomia para escolher como passar o seu dia. Afinal, nem todos animais da mesma espécie fazem exatamente a mesma coisa ou comem a mesma coisa. Os animais sabem melhor do que nós o que eles mesmos querem. E reprimir essas criaturas autônomas, contrariando sua intencionalidade, exige uma justificativa moral bem mais forte do que a de apenas propiciar entretenimento a outrem.

O anseio humano por controlar o não humano está em toda parte. Os zoológicos podem ser vistos com instituições modelares onde se exerce a dominação dos animais. Nos circos, por sua vez, quando um animal faz truques sob o picadeiro, o público aplaude, não o animal, mas a habilidade do treinador em discipliná-lo. Já nas corridas e nos rodeios, alguém deve mandar e alguém deve obedecer. A própria doma/treino significa exatamente quebrar a habilidade do animal de resistir às ordens do seu domador/treinador. Normalmente, o animal não faz essas coisas por ter afeição ao domador ou esperando uma recompensa dele - mas por medo da punição. O uso de chicotes deixa isso bem claro. Em suma, agimos como verdadeiros tiranos, ao ensinar os animais a serem submissos.

Vulnerabilidade e dependência animal

Seria eticamente condenável usar uma criança órfã exclusivamente para a diversão de um adulto? Sim. Seria eticamente condenável trazer à vida um bebê humano planejando apenas que ele atenuar minha atual solidão? Sim. Por quê? Porque estaríamos tirando vantagem da vulnerabilidade de uma criatura totalmente dependente de nós.^[16] Analogamente, a vulnerabilidade dos animais de circo, de zoológico e os de companhia é muito vantajosa para nós, e usamos esse fato ao nosso favor. Afinal, esses animais não podem mais cuidar de si mesmos e nem permitimos isso a eles. Ou seja, a vulnerabilidade dos animais é tratada como uma oportunidade - recreativa, esportiva e social - para nós.

O caso dos cães é paradigmático. No processo de sua domesticação, a reprodução seletiva foi/é usada para exagerar ou diminuir as características de um animal que interessam às pessoas. O corpo e os dentes de um cão são menores do que os dos seus ancestrais, houve redução da agressividade e priorização do temperamento juvenil do animal, tipicamente brincalhão e curioso. O resultado disso? Vulnerabilidade e dependência. O argumento moral em questão é o seguinte:

1. Através de reprodução seletiva, alteramos a natureza corporal e psicológica dos animais a ponto de eles não serem mais autossuficientes.
2. Em estado de confinamento, eles dependem totalmente da mão humana, impedidos por fechaduras, muros ou correntes de buscar meios alternativos para satisfazer suas necessidades e desejos.
- 3 A vulnerabilidade e dependência desses animais é deliberadamente criada pelos humanos, e continuamos a trazer esses animais à existência, dia a dia.
4. A domesticação traz ao mundo animais vulneráveis e dependentes, e isso é eticamente problemático, demandando (a) a abolição dessa prática ou (b) o dever moral especial de cuidado e proteção de tais criaturas.^[17]

Pets

Muitos defensores dos direitos dos animais veem o relacionamento entre um cão e seu proprietário como a versão moderna do clássico relacionamento “senhor-escravo”. Segundo eles, tal relacionamento resultou de um ato unilateral da vontade humana em trazer certos animais selvagens à condição de nossos servos. Depois de milênios de uma engenharia genética empírica, alteramos a natureza original desses animais através de reprodução seletiva. Como resultado disso, os pets são agora nossos “escravos biológicos”.

O pet está dentro de uma casa para o prazer humano, e se o animal fizer algo que desagradar seu “mestre”, ele será repreendido. O cão eventualmente desobedecerá às regras impostas pelo seu “senhor”, e ele será punido por isso. O método corriqueiro de treinamento de cães também mostra que há mestres e escravos nessa relação. E não importa que as pessoas não considerem seus pets como verdadeiros escravos: a sociedade e a legislação os veem como propriedade humana. Somos, de fato, seus donos, e esse status de propriedade não faz justiça à subjetividade animal (daí a crítica à expressão “dono do animal” em prol de “tutor” ou “guardião” dele).^[18]

Com efeito, nossa relação com pets é assimétrica em vários sentidos. Eu decido se meu cão irá se reproduzir, ou não, enquanto estiver vivo, quando irá defecar, o que irá comer – e outros atos aparentemente típicos de um “tirano”. Tal exercício de dominação pode inclusive fornecer uma satisfação sádica ao proprietário do animal. Geralmente somos fisicamente mais poderosos que os animais. E quando não o somos, compensamos essa diferença usando coleiras, focinheiras e enforcadores. Os animais não podem protestar juridicamente quanto ao uso dessas ferramentas de poder e submissão. Esse uso explícito da força bruta está legalizado na sociedade. O animal é que deve se adequar aos nossos planos: durante um passeio, o cão não deve puxar a coleira ou gritaremos com ele. E se parar para cheirar algo, seremos nós que puxaremos a sua coleira. E somos nós também que determinamos quando o passeio ocorrerá e qual será o seu trajeto. Gritaremos com ele se latir demais na rua, chamado sua atenção. Somos nós que decidimos se o cão irá socializar, ou não, com o outro cão que encontrar durante a caminhada.

Os pets vivem numa casa concebida para uso de um ser humano. Sua comida está guardada dentro de um armário que eles não podem abrir. A porta de saída para a rua também não pode ser aberta por eles. A própria

mobília da casa está arranjada para a nossa conveniência, e não para a deles. Eles não podem defecar ou urinar onde bem quiserem.

Cães e gatos não podem entender que seus instintos naturais não são bem-vindos no lar humano. O pet deve ser ensinado a não derrubar coisas, mas não pode compreender que o vaso de flores é um item caro da mobília. Ele também não pode compreender que, se atacar sistematicamente pessoas estranhas na rua, isso pode levá-lo a ser sacrificado.^[19] Ou que o seu sofrimento no consultório veterinário é para o seu próprio bem. Eu não posso explicar para um animal que antes ele era tratado como membro da família, mas que agora ele será entregue a outra pessoa, porque eu mudarei de endereço.

Os pets, em suma, devem se mover por entre as instituições humanas desprovidos de uma compreensão genuína dessas conexões causais. Resta-nos apenas treiná-los a se comportarem semelhantemente à gente civilizada, treiná-los a não morder as pessoas e a não arranhar o sofá. E treinamento implica, obviamente, um exercício explícito de poder de nossa parte. Por fim, se mudarmos de ideia a respeito do próprio relacionamento com um cão ou gato, podemos romper unilateralmente o acordo e abandonar o próprio animal ou até mesmo solicitar o sacrifício dele a um veterinário inescrupuloso.^[20]

Muitos tutores de cães e gatos esterilizam ou castram seus animais (em cirurgias que removem o útero e o ovário das fêmeas ou os testículos dos machos). Esses procedimentos causam evidentes sofrimentos físicos e psicológicos aos animais. Os tutores justificam essas mutilações dizendo que elas (1) evitam uma gravidez indesejada (deixando de contribuir para a superpopulação de animais abandonados nas cidades), (2) previnem possíveis doenças (de útero, ovário e testículos, além do risco de câncer de próstata e de mama), e (3) deixam os animais mais calmos (por reduzir sua frustração sexual), evitando assim ferimentos em disputas sexuais.

O argumento contrário à esterilização/castração de pets é de que se trata de uma violação da integridade do animal, o que, em princípio, é um mal. E é do interesse do pet ter uma vida sexual plena, escolhendo quando, onde e com quem se relacionar. Tais cirurgias reduzem as oportunidades dos animais em obter prazer no ato sexual. Por outro lado, seria do interesse do pet a própria experiência da

paternidade/maternidade. Por fim, argumenta-se também que a cirurgia de esterilização/castração não é uma necessidade médica, cabendo ao tutor humano apenas controlar o animal para que ele não procrie.

Pensemos em uma situação análoga: um pai também poderia justificar a castração de seu filho pré-adolescente dizendo que isso evitará (1) uma gravidez indesejada (na sua cidade já superpopulosa), (2) problemas de saúde do seu filho (como o letal câncer de próstata), além de (3) afastá-lo de todas as frustrações sexuais no decorrer da sua vida. Em ambos os casos, temos uma perspectiva paternalista (“eu sei o que é melhor para meu pet/filho”). Ora, se a mutilação sexual violaria um direito dessa criança, por que não violaria um direito do animal?^[21]

A conclusão abolicionista

Para muitos teóricos, o enfoque deontológico conduz à posição abolicionista em Ética Animal, segundo a qual a utilização de animais para quaisquer propósitos é inerentemente injusta, devendo, portanto, ser extinta. O mote é “*Deixemos os animais em paz!*”. Nessa perspectiva, a imoralidade da domesticação deriva de (1) o ato originário da domesticação, (2) os maus-tratos inerentes à relação de domesticação e (3) tornar os animais perpetuamente dependentes de nós, e, portanto, vulneráveis. Aqui, a recomendação ética seria em favor da esterilização sistemática dos animais existentes, a fim de assegurar o fim da nossa interação com essa classe de animais. A respeito dos pets, propõe-se a adoção dos animais já abandonados e, simultaneamente, interromper sua procriação, fazendo assim com que o nosso convívio com eles seja extinto ao longo do tempo.

Note-se que tal conclusão, entretanto, é fortemente atacada por outro grupo de teóricos e ativistas animalistas, basicamente pelas seguintes razões:

1. A extinção da nossa relação com pets envolveria a esterilização forçada e/ou o confinamento de todos os animais domésticos, o que seria praticamente impossível. Ademais, tal intervenção envolveria violência em escala maciça.

2. A interrupção forçada da procriação entre os pets violaria frontalmente os direitos sexuais e reprodutivos dos cães e gatos.

3. Como veremos mais adiante, argumenta-se que a domesticação não é inerente e inevitavelmente má para os animais: nem toda domesticação implica exploração, violência e opressão. Apesar dos potenciais abusos, é possível para um cão/gato levar uma vida boa de modo geral. Aliás, o leitor muito provavelmente conhece algum cão/gato que leva uma boa vida sob os cuidados do seu tutor.

As reações à crítica abolicionista

Tratamos anteriormente da acusação ética de que nosso uso de animais visa *sempre* atender aos nossos próprios interesses, com dominação e violência física se for preciso. Portanto, não cabe falar de “uso”, mas sim de “exploração” de animais. Vimos também que, em razão disso, os animais são, de fato, nossos escravos. Passemos agora a acompanhar as diferentes reações a essa crítica no debate sobre o tema. Elas podem ser classificadas da seguinte maneira:

1. Usar animais é sempre legítimo

O valor moral humano – excepcional e singular, quando comparado ao restante da Natureza – legitima nosso uso de animais. Temos, sim, a capacidade única e exclusiva de controlar outros seres vivos deste planeta. E o mero fato de estarmos controlando os animais mostra que somos distintos de todas as outras criaturas. Disso se segue uma ética do domínio humano: aquelas espécies que são mais poderosas que outras estão justificadas a exercer tal poder. Portanto, não cabe criticar eticamente a exploração dos animais, pois, ainda que haja exploração, ela não é moralmente problemática. Daí, justifica-se a presença de animais em rodeios, circos, zoológicos e como pets, independentemente do modo como eles são tratados.

2. Há uma diferença moral entre controle e dominação

Nem toda relação de subordinação, controle e paternalismo implica uma atitude de opressão, exploração e dominação. Há casos em que o

controle é moralmente justificável, como quando impedimos um cão de atravessar uma rua movimentada, por meio de coleira, visando a própria segurança do animal. Trata-se aqui de controle *benevolente* ou *paternalista* (já que contrariamos a vontade do animal porque supostamente sabemos o que é bom para ele, mais do que ele próprio). O mesmo se passa com as crianças, que são subordinadas a autoridade e ao controle dos pais. O controle será dominador, opressivo, tirânico ou maléfico quando *muitos* interesses, *todos* interesses ou os *mais básicos* interesses daquele que é controlado forem violados.

Devemos lembrar que, analogamente, a assimetria de poder e a possibilidade de maus-tratos entre pais e filhos não oferece uma boa razão moral para um boicote generalizado da paternidade/maternidade. O uso de uma coleira em um cão (para ele não atacar estranhos) ou o ato de levá-lo à força ao veterinário (para tomar vacina) – ainda que seja um exercício de poder assimétrico e controle físico - não constitui uma violação dos direitos desse animal. O problema de um pet depender de uma pessoa para viver e viver bem, é que essa pessoa pode não dar conta das suas obrigações com o animal, deixando de alimentá-lo, dar um teto, levá-lo a passear, etc.

Seria imoral perpetuar a relação de dependência de uma criatura apenas no caso de (1) ela querer viver de forma independente e (2) ela ser capaz disso. Esse não é o caso dos pets entre nós (ao contrário dos animais de zoológicos e de circos, que poderiam viver bem suas vidas sem nossa interferência, apenas seguindo seus instintos natos).

3. Usar animais é diferente de explorar animais^[22]

Por definição, eu estarei usando outra criatura sempre que ela for um meio para promover meus interesses. Mas esse ato de usar alguém não é necessariamente imoral – e há vários exemplos disso. Na relação patrão-empregado, ambos se usam, mas ambos ganham com ela. Numa relação de amizade, meu amigo (animal ou humano) me propicia prazer, mas ele não é apenas um meio para o meu prazer. Cães e gatos são usados (para suprir as necessidades emocionais de pessoas solitárias, estressadas, entediadas ou deprimidas) de uma maneira que também beneficia os pets, trazendo-lhes evidente contentamento. Também cães-guia para cegos, cães de pastoreio e cães de caça parecem satisfeitos em

desempenhar suas funções. Todos eles são usados, sim, mas não explorados, como se supõe.

4. Liberdade para os animais não é o mesmo que liberdade para os humanos

Estamos tratando da acusação de que nosso uso de animais (mesmo não cruel e não letal) é imoral, porque é análogo à escravidão humana. Em outras palavras, os animais que usamos têm interesse na sua própria liberdade.

Uma resposta possível a essa acusação é salientar que há mais de um sentido para uma ética da liberdade, entendida como ausência de domínio. Disso se segue uma desanalogia crucial entre a escravatura animal e a escravatura humana. E disso se segue também que usar um animal para nossa recreação não é prejudicial para ele – por si mesmo. Vejamos os dois sentidos de liberdade em questão:^[23]

a) Liberdade como “Autonomia Prática”

eticamente, ao animal cabe liberdade de ação pela ausência de restrições externas (jaula, coleira, gaiola, etc.) que o impeça de fazer o que ele quer. Os animais que usamos têm necessidades e preferências, e a habilidade de iniciar ações a fim de satisfazê-las. Neste sentido, a liberdade é importante para eles. Em princípio, essa liberdade de exercer escolhas, a fim de atender o próprio bem, autoriza moralmente a “escravidão benevolente” dos animais - desde que permitamos que eles, de fato, exerçam suas escolhas e preferências (algo no qual os zoológicos e lares humanos, por exemplo, frequentemente falham na prática).

b) Liberdade como “Autonomia Existencial”

Trata-se da capacidade de estabelecer um projeto de vida, o que implica conhecer e refletir sobre os tipos de vida que se poderia perseguir. Essa capacidade de reflexão sobre os próprios desejos e preferências, a fim de atendê-los ou modificá-los, requer uma sensibilidade aos valores que poderiam estruturar a própria vida (*note-se o contrafactual: não apenas a vida que se quer viver,*

mas a vida que um indivíduo poderia ter querido viver!). Supõe-se que apenas seres humanos adultos normais tenham tal capacidade - que não deve ser confundida com inteligência ou autoconsciência. Essa autonomia profunda torna imoral a escravidão, ainda que benevolente, de seres humanos.

Em outras palavras, com animais, importa (moralmente) deixá-los fazer o que eles querem; com humanos, importa ser livre para escolher. É claro que para que a vida de uma criatura valha a pena ser vivida, a ela deve ser permitido fazer o que quer, pelo menos em boa parte do seu tempo – algo em que zoológicos, circos e lares humanos geralmente falham. Mas humanos não apenas desejam coisas, mas desejam ser livres. Ou seja, uma coisa é dizer que é do interesse do animal que a sua vida esteja livre da interferência humana, pois sua vida resulta melhor longe das jaulas e das coleiras (*liberdade negativa*). Outra coisa é dizer que é do interesse do animal controlar a sua própria vida, pois parecerá humilhante e indigno - para ele próprio - estar sob o domínio de outrem (*liberdade positiva*). E não temos evidências claras disso para (a maioria de) os animais, segundo a crítica. ^[24]

Vamos agora ilustrar o ponto. Pensemos em um cavalo que viva solto no interior de uma imensa fazenda. Se esse cavalo nunca percorre toda a enorme área, então podemos dizer que esse animal é livre e que não está sendo prejudicado pela cerca da fazenda. Ainda que o fazendeiro tenha decidido nunca deixar o animal sair de sua propriedade, não podemos dizer que o cavalo está em cativeiro. Agora, o caso humano: se algum governo totalitário me impede de viajar para fora do meu país, então estou sendo prejudicado pela falta de liberdade, mesmo que eu nunca venha a desejar realmente sair de meu país (novamente, aqui o contrafactual é relevante: eu *poderia* ter desejado viajar para o exterior).

Pensemos agora na clássica relação racista senhor-escravo humano. Suponhamos que um senhor benevolente não interfira em absolutamente nada da vida do seu escravo. Neste sentido, o escravo *é* livre. Entretanto, o senhor poderia interferir se assim o quisesse, já que tem o domínio sobre o outro, e o escravo sabe disso. Neste sentido, o escravo *não é* livre. Ora, os animais que usamos supostamente não têm a consciência de que são fundamentalmente nossos escravos. Ou seja, o mero fato de estar sendo controlado e manipulado não torna a vida de um animal pior,

nem o próprio fato de estar sob a ameaça de uma interferência arbitrária humana.

5. A questão da dignidade animal

A partir do exposto anteriormente, a própria noção de dignidade animal pode ser atacada. As capacidades intelectuais dos seres humanos possibilitam o desejo pelo respeito próprio, diferentemente do restante do *Reino Animalia*. De outra parte, um escravo humano atendido em todos os seus desejos pelo seu mestre - exceto o de ser liberto - ainda assim é capaz de indignar-se, já que pode compreender que a escravatura afronta sua dignidade. Isso não se passaria com um cavalo.^[25] Em conclusão, o uso de animais como pets ou para entretenimento não seria necessariamente antiético, bastando que uma “escravidão benigna” lhes forneça tudo aquilo que estiver alinhado com suas necessidades e preferências.

Mas um grupo de teóricos defende a tese oposta.^[26] Segundo eles, a crítica moral do uso de animais para fins de entretenimento pode ser enquadrada através do conceito de dignidade, esta fundada na subjetividade animal, e esta fundada, por sua vez, na sofisticação cognitiva, emocional e social desses animais. Se (todos ou alguns) animais têm dignidade, então ela é violada sempre que eles forem enganados, manipulados ou invadidos em sua privacidade. Se um animal tem dignidade, então ela é violada quando o animal é comprado ou vendido como um item qualquer de mercado. O próprio controle e dominação de animais nos zoológicos, circos e esportes também furta sua dignidade: impomos nossos gostos e preferências sobre esses animais, e com isso impedimos que eles controlem sua própria vida. Dignidade e respeito são dois conceitos morais que se encontram interrelacionados. Assim, a atitude de dignificar um elefante ou um golfinho seria justamente a de respeitar seu comportamento natural. Mas pintar um pet com as cores da bandeira nacional é desrespeitar sua animalidade. Vestir um chimpanzé de circo com roupas humanas e adereços de gente é ridicularizar sua animalidade.

Circos

O propósito do circo com animais é fornecer entretenimento ao público. Os animais fazem coisas nos circos que não fariam na natureza. O circo veste um chimpanzé com roupas humanas e o transforma em palhaço. O circo faz esse chimpanzé vestido dar voltas em cima de uma bicicleta e segurar balões.^[27] Esse animal parecerá ridículo ao público, e isso é justamente o que torna as performances circenses engraçadas: o animal age de modo contrário à sua natureza e parece como algo que ele não é. Sendo essa diversão da ordem do ridículo, o circo promove a atitude desrespeitosa do público em relação aos animais.

Através desse expediente, o circo destrói qualquer sentido de maravilhamento pelo animal por parte do público. Em suma, a instituição do circo é antiética porque promove uma afronta ou um insulto à dignidade animal, reduzindo-o a uma patética paródia de si mesmo.

Alguém poderia disparar a seguinte objeção: suponha que eu escreva a palavra “idiota” na testa do meu cão. Isso parece expor o animal à ridicularização pública. Mas a questão é se esse ato prejudica, ou não, o cão. O mesmo se aplica ao chimpanzé vestido com roupas humanas no circo: o próprio primata se sente ridicularizado, humilhado, envergonhado – ou indignado? Ou, na verdade, é o expectador que, se projetando imaginativamente para a condição do animal, por empatia, sente-se indignado? Ou seja, os animais mesmos não são capazes de desejar serem respeitados ou tratados dignamente, já que não têm a capacidade de se sentirem humilhados ou ter sua autoestima degradada. Portanto, não é correto atribuir dignidade, ou violação de dignidade, aos animais.

Trata-se de uma questão empírica, em vez de filosófica, verificar se (alguns) animais são capazes de respeito-próprio. Todavia, a resposta à objeção anterior seria distinguir (1) desejar tratamento digno a si próprio e (2) tratar alguém dignamente. Em outras palavras, mesmo que o animal não compreenda o que se passa, trata-se de episódios que mostram o desrespeito por ele. Do mesmo modo que uma garotinha vestida eroticamente como uma mulher adulta está sendo desrespeitada como criança, mesmo que ela mesma não seja capaz de perceber isso. É sempre antiético reduzir qualquer sujeito (animal ou humano) a algo que ele não é.

NOSSO USO DE ANIMAIS TAMBÉM OS BENEFICIA (Ética Contratualista)

Pelo o que vimos nas seções anteriores, alguém poderia pensar que os animais estariam melhor se não tivessem tido contato com os seres humanos. Nesta seção, veremos a tese oposta, a do benefício mútuo. Para iniciar, vamos supor que você crie galinhas no vasto quintal da sua casa. Galinhas põem muitos ovos, como se sabe. Da sua parte, você permite que o animal explore livremente o quintal, brinque, forme laços sociais, e crie seus filhotes. Você também alimenta a galinha, fornece abrigo e cuidado veterinário a ela e a protege dos predadores. Da parte da galinha, ela fornece alguns dos seus ovos para você consumir diariamente. Trata-se, neste caso, de um arranjo que beneficia ambos - você e o animal.

E quanto à objeção de que forçamos os animais a participarem do mundo humano? De que obrigamos cães/gatos a tomar parte da nossa sociedade? Ora, nem toda a participação dos animais nos nossos assuntos foi ou é forçada e antinatural. O processo de domesticação propriamente dita não consistiu em raptar um animal na natureza, confiná-lo e torná-lo dependente do proprietário humano. Na verdade, ocorreu uma interação de mão dupla, baseada na confiança entre dois parceiros, como quando homem e animal caçam juntos, em dupla. Em outras palavras, tratou-se de uma relação simbiótica, mutuamente vantajosa, uma estratégia adaptativa, onde tanto animais quanto humanos foram agentes nessa interação. Sem essa forte ligação entre dois “sujeitos”, a domesticação não teria o sucesso que teve. De fato, se os animais fossem apenas nossos escravos, tal relacionamento seria destruído pela desconfiança e agressividade. Mas não, vivemos com animais e entre animais desde então.

Os ancestrais dos atuais gatos, por exemplo, procuraram espontaneamente os vilarejos em busca de restos de comida e abrigo. Em troca, os felinos ajudavam no combate dos roedores, que comiam as colheitas. Com o passar do tempo, manipulamos a reprodução desses animais, em busca de traços mais convenientes para nós, humanos. Mas mesmo sem essa interferência reprodutiva, o mundo humano e o mundo animal acabariam se interpenetrando. Pensemos nas pombas e ratos das grandes cidades: esses animais oportunistas estão perfeitamente

adaptados às comunidades humanas, mesmo sem nossa reprodução seletiva, e compartilham o nosso espaço:

“Os animais tomam parte das nossas vidas diárias, quer os ‘convidemos’ (ou os forcemos) para o ‘nosso mundo’ ou não. Não há algo como um ‘nosso mundo’ que não inclua os animais, e a nossa tarefa é identificar formas apropriadas da relação humano-animal”.^[28]

O ponto a ser enfatizado aqui é que nem todos nossos relacionamentos com animais são de exploração. Muitas vezes eles atendem os interesses de ambos e enriquecem a vida de ambos. Com efeito, uma das dimensões valiosas da vida humana é precisamente aquela constituída pela interação humano-animal. E nada há de anormal ou imoral nisso. Dado o grande poder humano, é claro que nossas interações com animais domesticados exigem alguma forma de controle de nossa parte. Ademais, já que esses animais devem sua existência a nós, nosso paternalismo está moralmente justificado, desde que ele atenda às necessidades básicas dos animais (o que não se aplica aos animais selvagens raptados na natureza e levados aos zoológicos, aquários e circos, já que eles não dependem da ação humana para viver e viver bem).

A perspectiva aqui é chamada de contratualista, porque nosso relacionamento com animais domesticados pode ser conceitualizado por meio de uma versão da “teoria do contrato”, segundo a qual todos os envolvidos ganham com um certo arranjo. O argumento é o seguinte:

1. Para os animais domesticados, houve uma transição do “estado de natureza (selvagem)” para o “estado de cultura/sociedade (humana)”, na forma de um contrato tácito, que atende os interesses deles tanto quanto os nossos, a saber,
2. A fim de viver dentro da sociedade humana, os animais domesticados entregam sua liberdade física, seus meios de defesa e suas habilidades de sobrevivência e, em troca, recebem alimento, cuidado e liderança.^[29]

Pensemos nos cães e gatos. Antes da domesticação, seus ancestrais tinham que proteger suas vidas contra a fome, predadores, doenças e ameaças do clima. Ao se associarem intimamente com as comunidades

humanas, os animais se beneficiaram dessa estratégia evolutiva, e tais benefícios compensaram os seus custos, como a restrição da liberdade e a modificação lenta da natureza de cada animal. É verdade que os pets estão submetidos às imposições dos seus tutores (assim como as crianças também estão). Mas, sendo esses animais atualmente membros honorários da nossa comunidade moral (interespecies), eles também devem obedecer a determinadas regras de convivência - afinal, todos nós pagamos esse preço para usufruir de uma vida em sociedade.

Após milênios de domesticação, os animais de família agora apreciam a companhia humana e parecem se importar sobre o que pensamos deles, a ponto de acomodar sua conduta de acordo com a nossa dentro de um lar. Há que se preservar essa relação, pois, para muitas pessoas, um pet é o único foco de afeto, em face de uma vida moderna solitária e individualista. As crianças, por sua vez, são educadas na prática da empatia convivendo com animais. Ou seja, os pets enriquecem a vida humana, acrescentando uma dimensão completamente nova a ela – e vice-versa.

Um típico cão doméstico come bem, faz passeios curtos ao ar livre duas vezes ao dia e vai ao veterinário quando é preciso. Ele não é maltratado pelo seu tutor, mas possivelmente passa a maior parte do tempo sozinho em casa, sem nada estimulante para fazer. Apesar disso tudo, ele estaria pior vivendo livre nas ruas, vagando pela cidade: sua vida seria mais excitante, mas ele passaria muito tempo com fome, não teria acesso a um veterinário, além de estar exposto a ataques de outros cães, às condições do tempo e aos perigos do trânsito. Eles também podem ser feridos ou mortos por vizinhos intolerantes, adolescentes perversos e adultos psicopatas. O mesmo se aplica aos gatos domésticos. Em suma, o argumento “estariam melhor na natureza” não se aplica a cães e gatos domesticados.

A noção de um “contrato tácito” também é evocada frequentemente no meio da pecuária tradicional. Animais como vacas e galinhas ganham qualidade de vida (alimentados, protegidos dos predadores e com cuidado veterinário) e, em contrapartida, entregam certa quantidade de vida (ao serem levados ainda jovens aos matadouros) ou contribuem com os seus produtos (leite, ovos e lã). Sim, nós os matamos, mas geralmente se trata de uma morte mais rápida sob nossas mãos, segundo o argumento. Por fim, levando em conta que eles nem existiriam se não

fosse por nós, uma vida breve aos nossos cuidados, seguida de uma morte rápida, configura um arranjo moralmente bem razoável para ambos os lados, nesta perspectiva.

E quanto aos animais selvagens? De fato, nos zoológicos, circos e aquários, os animais estão longe dos predadores e perto dos veterinários. Na visão de alguns, isso justifica que abram mão da sua liberdade natural.^[30] O contra-argumento aqui é que primatas, cetáceos e todos outros animais selvagens evoluíram ao longo da história tendo que enfrentar os desafios de encontrar comida e escapar de predadores. O enfrentamento de ameaças naturais é constitutivo do seu modo próprio de vida. Lidar com tais desafios é algo necessário para seu bem-estar psicológico inclusive. Tentar blindá-los contra essas experiências seria cometer uma violência ontológica contra eles. E se uma vida segura, livre de desafios, fosse mais apropriada ou benéfica aos animais selvagens, a vida em confinamento não provocaria seu estresse crônico dentro dos zoológicos e aquários.^[31]

Pets

Estima-se que mais da metade dos lares no Ocidente tenham animais como residentes. Pets permitem dar e receber afeto, em um mundo muito carente disso. Esses animais evoluíram de tal modo que hoje estão muito bem adaptados a viver dentro de um lar humano. Os dois principais papéis que um pet pode desempenhar dentro de uma casa são os seguintes:^[32]

1. Pet como “*amigo íntimo*”

A maioria das pessoas no Ocidente considera seus pets como amigos íntimos. Com efeito, cães e gatos parecem se importar sobre o que pensamos deles, a ponto de aceitar entrar em um relacionamento genuíno conosco, acomodando, dentro de casa, sua conduta com a nossa (em contaste com animais selvagens, indispostos a alterar seu comportamento para se ajustar ao nosso). Muitas pessoas declaram preferir a companhia de animais à companhia humana. Seu papel terapêutico na vida moderna

é evidente: pessoas solitárias, estressadas, entediadas ou deprimidas podem investir emocionalmente nos animais sem o risco de receberem rejeição ou críticas - o que constitui uma enorme vantagem sobre as interações humanas. Pets parecem entender em grande medida nossos sentimentos em relação a eles, e vice-versa. Muitas usam o termo amor para descrever o que sentem por eles e acreditam que os pets sentem o mesmo reciprocamente. Há evidências comportamentais óbvias que tal contato pode trazer contentamento ao animal.

Note-se que a ausência de uma linguagem verbal compartilhada não parece ser um obstáculo na relação pet-tutor. Ao contrário, nossa subjetividade seria enriquecida no contato com um pet justamente por essa razão. Na medida em que não é intermediada linguisticamente, portanto não esgotada discursivamente, minha relação íntima com cães/gatos não seria um mero substituto das relações inter-humanas, pois daria abertura a um mundo maior, com um sentido de encantamento, de sagrado e de magia.

Mas também há diferenças cruciais entre os relacionamentos humano-humano e humano-pet, como bem observa Hilary Bok.^[33] Eu posso explicar para uma pessoa por que eu desejo entrar num relacionamento com ela. Mas eu não posso explicar para um cão o que eu espero dele. Eu posso explicar para uma pessoa por que estou encerrando minha relação com ela. Mas eu não posso explicar a um cão os limites da minha tolerância pessoal, digamos, que eu não posso conviver com uma criatura que rotineiramente destrói a mobília da minha casa. Se minha esposa urina no tapete ou ataca meus convidados, eu peço para ela parar com isso, e, se ela se recusar, eu peço para ela deixar a casa. Ou seja, no relacionamento íntimo entre duas pessoas, ambas têm a capacidade de se explicar explicitamente, modificar mutualmente as expectativas, ou mesmo decidir abandonar a relação. Mas no término do meu relacionamento com um pet, eu sempre ajo unilateralmente, já que o animal não pode entender minhas razões e dar uma resposta a elas. Se meu cão não puder ser treinado a fazer algo importante, eu não posso explicar para ele por que isso é tão importante, nem ele pode me explicar por que fazer essa coisa é tão ruim para ele. Eu devo treinar meu cão a não atacar as pessoas na rua, mas eu não posso dizer a ele que, se continuar a fazer isso, eu o abandonarei. E eu não posso dizer que o cão sabia das consequências de ser agressivo e escolheu continuar a sê-lo. Mas eu posso dizer que minha esposa podia prever as consequências de

sua conduta intolerável, como destruir a mobília da minha casa. Por essa falta de um entendimento recíproco através do uso de uma linguagem compartilhada clara, não há garantias de que eu poderei conviver com o animal que acabo de adotar (o que explica o elevado abandono de animais). Por fim, o próprio término do convívio com um pet frequentemente significa que a criatura acabará num abrigo de animais (onde ficará preso por um período em uma jaula antes de ser executado – se não tiver a rara felicidade de ser adotado). Isso não acontece quando dois seres humanos terminam um relacionamento íntimo.

2. Pet como “*substituto de criança*”

O relacionamento entre um pet e uma pessoa pode ser simplesmente uma perversão de um relacionamento que deveria estar acontecendo entre duas pessoas. Isso fica evidente pela prática de vestir os animais com roupas humanas em miniatura e fazer festas de aniversário para eles. Já foi sugerido que isso apenas atesta o crescente número de famílias disfuncionais (em vez de uma crescente sensibilidade moral pró-animal).

Em grande medida, adotar um animal é equivalente a adotar uma criança, em termos de investimento de cuidado, tempo e dinheiro. É claro que há disparidades importantes a serem observadas. O amor parental investe mais nas crianças, o que significa que os interesses humanos são vistos como mais importantes do que os interesses caninos/felinos. Um pai pode gastar todas as suas economias num tratamento pediátrico, mas não faria isso num tratamento veterinário. O abandono de filhos é raro na sociedade, ao passo que uma mudança de casa, divórcio ou viagem frequentemente motivam o abandono dos pets. Uma criança exige cuidados e depende dos pais até certa idade. Mas os pets nunca se tornam completamente autônomos como os filhos humanos: as liberdades e vontades caninas/felinas terão que ser perpetuamente limitadas para proteger os animais de perigos. Os pais de um bebê não escolhem qual a forma do corpo nem a mentalidade que a criança terá, ao passo que as características físicas e psicológicas dos pets frequentemente são escolhidas antes do seu nascimento.

Mas há muitas semelhanças também. Crianças e pets veem ao mundo por um ato de vontade de seus pais e tutores, os quais decidem voluntariamente entrar em uma relação com os primeiros. Crianças e pets não participam dessa escolha. Ambos são vistos como membros de

uma família humana. A morte de um pet é percebida como se fosse a morte de um parente. Ambos são vulneráveis: crianças e pets dependem das respectivas famílias para sobreviver.

Como vimos anteriormente, o papel do pet como uma “criança peluda” explica nosso constrangimento ou até repugnância ao vermos um cão montando em outro cão. Ou se masturbando na sala de estar. Isso é compreensível, porque os pais proíbem as crianças de fazerem isso. Ora, meu pet é um animal desprovido de pudor sexual, mas eu projeto meu próprio pudor nele. Isso significa desrespeitar a natureza (sexual) desse animal. Ou seja, cães e gatos pagam o preço pelo nosso puritanismo.

Pets e a Zoópolis

O livro intitulado *Zoopolis* lançou uma nova luz sobre a dimensão sócio-política da nossa relação com os pets.^[34] O seu ponto de partida é o fato de que nós trouxemos cães e gatos para dentro das nossas comunidades e os impedimos de terem outras formas de existência. Consequentemente, seus interesses devem ser levados em conta ao se tratar do que é o bem comum numa sociedade híbridas (humano-animal). A tese dos autores, resumidamente, é a seguinte:

1. A relação entre seres humanos e animais domesticados pode ser rearranjada de forma justa se apelarmos para o conceito de cidadania. Pets devem ser considerados membros e cidadãos da nossa sociedade. Afinal, eles já partilham de uma vida comunitária conosco, cabendo-nos encontrar formas justas desse viver compartilhado.

2. Assim, cães e gatos devem ter os direitos e responsabilidades que a cidadania confere aos membros da nossa sociedade. Isso significa, dentro de outras coisas, o seguinte:

a) Direito dos pets à residência (i.e., de viver entre nós, nas cidades e nos lares humanos).

b) Direito dos pets à mobilidade urbana e ao compartilhamento dos espaços públicos (nas praças, escritórios, ônibus, etc.).

c) A sociedade tem o dever de promover a socialização dos pets, ou seja, promover seu autocontrole e seu comportamento cooperativo e recíproco, em conformidade com as normas sociais e as regras de interação entre as pessoas. Isso implica ensinar um cão a se movimentar pelo transporte público, o procedimento para defecar em uma calçada, a não morder ou pular nas pessoas que encontrar, e a controlar seus outros instintos corporais.

d) A liberdade dos cidadãos deve ser limitada pelo respeito pela liberdade de outros cidadãos. Devido a isso, cão e gatos não têm o direito a uma alimentação que envolva a violência e morte de outros animais. Os pets, idealmente, devem ser alimentados por uma dieta vegana. E gatos devem ser monitorados ao saírem de casa para que outros animais, como pássaros e roedores, não sejam vítimas de suas atividades predatórias.

e) Direito dos pets a não ter suas atividades sexuais e reprodutivas desnecessariamente restringidas e a ter seus filhotes cuidados e protegidos. Por outro lado, os pets (que não podem autorregular sua própria atividade reprodutiva) têm a responsabilidade de não impor custos injustos às pessoas ou fardos insustentáveis à sociedade (de cuidar de seus filhotes). Logo, sob o modelo de cidadania numa sociedade de cooperação, é razoável impor certos limites na reprodução de cães e gatos.

f) Direito dos pets a ter seus interesses tomados em conta na definição de políticas públicas.

DEVEMOS PROMOVER A ATITUDE DE RESPEITO PELOS ANIMAIS (Ética das Virtudes)

Nesta sessão, veremos a quarta abordagem sobre a temática. A ética das virtudes leva em conta as disposições morais do agente, isto é, seu caráter. Nessa perspectiva, o foco recai sobre o tipo de pessoa que teria prazer assistindo um bezerro sendo derrubado por um vaqueiro em um rodeio. Ou um golfinho nadando em círculos dentro de um parque aquático. A questão aqui é se alguém deveria se tornar esse tipo de pessoa, indiferente ou insensível a tudo isso. Em contraste, uma pessoa virtuosa não desejará participar desse mal, nem se contaminar com essa injustiça, nem ser cúmplice ativo ou passivo dela. O argumento é o seguinte:

1. Certas práticas podem ser eticamente avaliadas em termos das virtudes ou vícios que elas expressam. Virtude é uma atitude ou disposição interna para sentir e agir inspirada por princípios como o da justiça, empatia e compaixão.
2. Movida por tal disposição, uma pessoa boa contribui para que o mundo seja um lugar melhor ou menos ruim - para os animais inclusive.
3. Já uma pessoa minimamente descente não deseja nem ao menos se envolver com algo que prejudique os animais, quando houver alternativas não prejudiciais facilmente disponíveis.
4. O uso de animais para o entretenimento humano frequentemente prejudica tais criaturas, ao capturá-las, confiná-las, subjugar-las ou maltratá-las.
5. Há alternativas equivalentes a esse uso recreacional, sem a utilização de animais.
6. Logo, pessoas minimamente descentes não se entretêm prejudicando animais, nem se beneficiam assistindo a tal uso,

nem dão seu apoio financeiro ou simbólico a essa prática, nem ajudam, como espectadores, a dar uma aparência de normalidade a ela.

Zoológicos

De acordo com a percepção popular tradicional, os zoológicos (e os aquários) são como “ilhas de animalidade”, e, enquanto tal, podem supostamente mobilizar nosso respeito e admiração pelos animais. A alegação é de que, mais do que qualquer outro método, uma visita ao zoológico fornece ao visitante uma compreensão do mundo natural. Ao vermos - de perto e ao vivo - um chimpanzé ou um golfinho, estaríamos vendo criaturas que, em muitos aspectos, são bastante semelhantes a nós mesmos.^[35] Isso significaria reconectar-se à nossa natureza animal, à nossa própria origem, compartilhada com eles. A exibição de um elefante ou uma girafa poderia conscientizar as pessoas sobre o valor da vida animal e até mesmo estimular seu engajamento na causa animal. Em outras palavras, um zoológico (ou um aquário) seria um aliado, e não um inimigo dos animais.

Mas essa imagem é enganadora. A mensagem transmitida ao público é de que, para um chimpanzé, a vida de cativeiro é uma alternativa eticamente aceitável, e até preferível à vida no ambiente rico e complexo das florestas. Zoológicos reforçam a noção pública de que controlar a vida de um elefante e confiná-lo em um espaço pequeno e artificial em prol unicamente do nosso prazer não é moralmente problemático. Crianças, em particular, aprenderão que é eticamente correto capturar uma criatura inteligente e sociável, separá-la do seu grupo e aprisioná-la atrás de grades. Zoológicos (aquários, circos e rodeios) não ensinam o respeito por aquilo que o animal realmente é. Nesses locais, a lição ensinada ao público não é a de maravilhamento ou conexão emocional, frente a frente, com a vida animal. Nesses locais passa-se a imagem de animais vencidos pelos seres humanos. A lição ensinada aos visitantes é a de que somos seus mestres.^[36]

Na verdade, um zoológico deseduca seu visitante sobre a vida animal e a vida selvagem. Ele fornece informações erradas sobre como um determinado animal vive, o que ele faz e o que ele precisa. Na medida

em que os espaços são reduzidos, os animais não conseguem exibir seu comportamento natural. Animais que naturalmente vivem em bandos na natureza estarão sozinhos ou no máximo em pares nos zoológicos. Não é possível assistir o comportamento de caça dos animais porque eles são alimentados pelos seus tratadores. Nem os ver procriando porque os zoológicos têm seu próprio programa de reprodução. Em suma, os visitantes ficam com uma ilusão de que os animais, no mundo natural, vivem do mesmo modo apresentado pelo zoológico.

De fato, um zoológico desvia a atenção do público, em vez de conscientizá-lo sobre aquilo que é importante. Zoológicos oferecem a falsa sensação de que os animais ameaçados estão em segurança. Pensemos nos rinocerontes, criaturas ameaçadas por caçadores e pela superpopulação humana. O público, pensando que esses animais estão a salvo nos zoológicos, é induzido a concluir que não é preciso interromper urgentemente a devastação dos seus habitats na África e Asia, tampouco que é preciso coibir imediatamente a caça desse animal.

O sofrimento dos animais nos zoológicos é gratuito e supérfluo, já que há recursos alternativos para aprender e entreter-se com a vida animal – desde os documentários do *National Geographic* (onde os animais estão longe de jaulas) até o uso de óculos de realidade virtual (para simular a perspectiva de um gorila na floresta e interagir com a paisagem africana gerada por computador). A visita ao zoológico poderia ser substituída por uma ida ao Museu de História Natural local, que exibirá animais embalsamados, priorizando assim a educação em vez do divertimento dos visitantes. Zoológicos, obviamente, esperam atrair visitantes pagantes. E, ao que parece, o desejo dos visitantes é fazer um bom “passeio de domingo” - e não aprender sobre ecologia por meio de visitas guiadas. Consta que há pouca ou nenhuma evidência de que o público de um zoológico seja, de fato, esclarecido sobre a vida animal. ^[37]

Rodeios

Rodeios pretendem expressar os valores da vida rural por meio de uma suposta reprodução do cotidiano original das fazendas. Nas fazendas tradicionais, os bois são laçados, os bezerros derrubados e os cavalos domados – o que demonstraria a coragem e habilidade física dos

vaqueiros. Nesse cenário, o uso de esporas, destinado exclusivamente a causar dor nos animais, não é interpretado como um exercício de violência.

Mas para as sensibilidades urbanas contemporâneas, tais práticas parecem extremamente brutais, tendo em vista que seu contato com animais vivos se dá quase exclusivamente por meio dos pets (cães e gatos). A elas lhe parece que, em um rodeio, encontramos pais sádicos ensinando os seus filhos a terem prazer ao ver um animal aflito. Já do outro lado, para o público frequentador desses espetáculos, normalmente oriundos de zonas rurais, tais práticas não parecerão violentas, tendo em vista que os animais de fazenda são tratados da mesma forma - e, afinal, criados para servirem de comida humana. E, se matar um boi para comê-lo é algo socialmente aceito, por que laçar e derrubar esse mesmo boi seria moralmente condenável?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já me ocupei da Ética Animal numa maior amplitude no meu livro *Ética & Animais* (Edipurs, 2006). O que vimos aqui foi o que está pautando um debate mais restrito, envolvendo os animais usados para nos entreter. Meu objetivo nas páginas anteriores não foi defender minha própria posição pessoal a respeito do tema, mas sim mostrar as possibilidades filosóficas de enfrentamento da questão e sistematizar essa discussão. A presente exposição, portanto, não se pretendeu conclusiva. Mas, ao desemaranhar os conceitos pertinentes e classificar as teorias morais sobre o tema, as coordenadas atuais desse debate e seus nervos filosóficos foram expostos. A partir disso, há que se refletir sobre a preferenciabilidade ou razoabilidade de um determinado modelo ético frente aos seus concorrentes. Espero que o leitor tenha se nutrido de argumentos e sido apresentado a ideias que ele ainda não havia considerado. Espero, enfim, que ele saia dessas páginas mais equipado para enquadrar conceitualmente tal problemática, refinando suas próprias convicções morais sobre o uso recreativo de animais.

Como observação final, devo salientar que a maior parte do debate filosófico sobre temas de Ética Aplicada ocorre entre as escolas utilitarista e deontológica. Entretanto, durante as últimas três décadas, tem-se constatado o renascimento da Ética das Virtudes, originária da Antiguidade Grega. Tal ressurgimento é bastante promissor no meu entender, já que é incontestável a necessidade de uma agenda ampla e robusta de educação moral, que faça frente aos inescapáveis desafios éticos contemporâneos. E o enfoque das virtudes tem um potencial inigualável para impulsionar intelectualmente essa tarefa de pedagogia moral - *voltada ao não humano inclusive*. A ênfase no tipo de pessoa que alguém é, ou aspira ser, parece trazer considerável vantagem quando comparada a uma retórica e justificação ética fundada em consequências, direitos ou quaisquer princípios abstratos.

De qualquer maneira, como se pode aqui constatar, a atual condição dos animais permanece um problema vivo para a Filosofia.

NOTAS

- [1] Por conveniência, será usado aqui o termo “animais” no lugar de “animais não humanos”.
- [2] Uma versão reduzida e modificada do presente trabalho foi publicada no periódico Concilium, n.4, 2022.
- [3] Para aspectos dos males do confinamento, ver: Catherine Doyle, “Elephants in Captivity”, in Andrew Linzey;Clair Linzey (eds.), The Palgrave Handbook of Practical Animal Ethics, London: Palgrave Macmillan, 2018, p.181-206; David DeGrazia, “The Ethics of Confining Animals: From Farms to Zoos to Human Homes”, in Tom Beauchamp;R.G.Frey (eds.), The Oxford Handbook of Animal Ethics, Oxford: Oxford University Press, 2011, p.738-768; Lori Gruen, Ethics and Animals: An Introduction, Cambridge: Cambridge University Press, 2011; Lori Marino, “Captivity”, in Lori Gruen (ed.), Critical Terms for Animal Studies, Chicago: The University of Chicago Press, 2018, p.99-111.
- [4] Robert Garner, Animal Ethics, Cambridge: Polity Press, 2005, p.140.
- [5] Ingrid Newkirk, The PETA Practical Guide to Animal Rights, New York: St. Martin’s Griffin, 2009, p.106.
- [6] Ingrid Newkirk, p.95-96.
- [7] Rob Laidlaw, “Marine Mammals in Captivity”, in Andrew Linzey (ed.), The Global Guide to Animal Protection, Urbana: University of Illinois Press, 2013, p.63-65.
- [8] Ingrid Newkirk, p.97.
- [9] Bob Fischer, Animal Ethics: A Contemporary Introduction, New York: Routledge, 2021, p. 180.
- [10] Como exemplo dessa alternativa ética (livre de sofrimento animal) ao circo tradicional, temos o famoso *Cirque du Soleil*.
- [11] Alguém poderia supor que os próprios cavalos se divertem durante os exercícios de equitação. Mas note-se que os cavalos não parecem ter um interesse especial em saltar obstáculos: nas fazendas, eles habitualmente não tentam saltar as pequenas cercas instaladas no terreno.
- [12] Fisher, cap.13.
- [13] Fira Bensto, Zoophilia is Morally Permissible, Journal of Controversial Ideas, v.3, n.2, 2023.
- [14] Peter Singer, Heavy Petting, Prospect, April, 2001.
- [15] Sobre o regime de controle dos animais e seus males, ver: Ingrid Newkirk, The PETA Practical Guide to Animal Rights, New York: St. Martin’s Griffin, 2009; Lori Gruen,

“Incarceration, Liberty, and Dignity”, in Andrew Linzey;Clair Linzey (eds.), The Palgrave Handbook of Practical Animal Ethics, London: Palgrave Macmillan, 2018, p.153-163.

[16] Clare Palmer, “The Moral Relevance of the Distinction Between Domesticated and Wild Animals”, in Tom Beauchamp;R.G.Frey (eds.), The Oxford Handbook of Animal Ethics, Oxford: Oxford University Press, 2011, p.701-725.

[17] No debate, já se defendeu que nada há de moralmente errado ou indigno na dependência e vulnerabilidade. Por exemplo, nós, seres humanos, somos dependentes (de outras pessoas) e vulneráveis (a todo tipo de episódios) em todos estágios das nossas vidas. Por outro lado, quando um cão nos pede comida (se aproximado do seu pote de ração) ou para dar um passeio (indo até a porta da casa), ele *não* está mostrando que, humilde e indignamente, depende completamente de nós – ao contrário, o cão está mostrando que sabe o que quer e sabe como comunicar o que ele quer a nós. Ou seja, ele tem preferências e age a fim de atendê-las –Donaldson; Kymlicka, cap.4.

[18] Contemporaneamente, algumas legislações mais progressistas ao redor do mundo têm evitado classificar os animais como coisas, mas sem alterar com isso seu status legal de propriedade humana.

[19] A indústria pet e do entretenimento com animais utiliza a expressão “eutanasiar” ou “sacrificar” um animal incorretamente, como significando “morte rápida pelas mãos de um veterinário”, mesmo que tal animal esteja saudável, como um pet indesejável ou um cavalo aposentado das corridas.

[20] Hulary Bok, “Keeping Pets”, in Tom Beauchamp;R.G. Frey (eds.), The Oxford Handbook of Animal Ethics, Oxford: Oxford University Press, 2011, p.769-795. Nos EUA, 70% das pessoas que obtêm um pet acabam desistindo dele. E metade dos animais que ingressam nos abrigos são executados por falta de espaço para os acolher.

[21] David Boonin, Robbing PETA to Spay Paul: Do Animal Rights Include Reproductive Rights? Between The Species, v.13, n.3, 2003, p.1-8. Haveria medidas menos drásticas visando o mesmo fim, como a administração oral de anticoncepcionais aos pets.

[22] Tzachi Zamir, Ethics and the Beast, Princeton: Princeton University Press, 2007.

[23] Heather Kendrick, Autonomy, Slavery, and Companion Animals, Between The Species, v.22, n.1, 2018, p.236-259.

[24] Alasdair Cochrane, Do Animals Have an Interest in Liberty? Political Studies, v.57, 2009, p.660-679. Segundo o autor, os animais não tem o direito de não serem usados pelos humanos.

[25] Bonnie Steinbock, Speciesism and the Idea of Equality, Philosophy, v. 53, 1978, p.247-258. A localização da “capacidade de desejar um respeito próprio” no Reino Animal é uma questão empírica, que exigiria uma investigação pelas ciências. Entretanto, muitos pesquisadores da Ética

Animal propõem incluir os primatas e cetáceos sob esse critério. Isso, na prática, implicaria retirar todos os chimpanzés, gorilas, orangotangos, bonobos, baleias e golfinhos dos zoológicos, circos e aquários.

[26] Sue L. Cataldi, *Animals and the Concept of Dignity: Critical Reflections on a Circus Performance*, *Ethics & the Environment*, v.7, n.2, 2002, p.104-126; Lori Gruen, p.153-163.

[27] Suponho que alguém diria aqui que os próprios animais se divertem junto com o público nas performances circenses. Afinal, primatas e outros mamíferos gostam de brincar e o entretenimento é parte integrante do seu modo de vida.

[28] Donaldson; Kymlicka, p.87.

[29] Tal modelo de contrato é dito “tácito” pois, no começo, os animais selvagens supostamente aceitaram se associar com os humanos. Alternativamente, tal contrato ou consentimento pode ser considerado “hipotético”: animais selvagens teriam concordado em viver sob a proteção humana, dado que a vida selvagem é cercada de predadores, fome e doenças, ou seja, é curta, sofrida e ameaçadora. A ideia de contrato, portanto, é heurística. No debate, a crítica recai sobre certas peculiaridades desse contrato, a saber, (1) o grande desequilíbrio de poder entre as partes contratantes, sendo que os animais são supostamente obrigados a consentir com o arranjo, sob pena de morte; (2) nem todos os animais têm sido beneficiados pelo contrato; (3) o próprio contrato curiosamente traz à existência um dos contratantes; e (4) o consentimento tenha sido tácito ou hipotético, já que os contratantes supostamente deveriam entender tal contrato, consentir com ele e poder rescindi-lo. De qualquer maneira, pelo fato de que esse arranjo (1) traz à existência uma das partes, (2) na condição de vulnerabilidade e dependência conosco, nossa responsabilidade moral perante os animais é bem maior à luz desse arranjo. – Clare Palmer, *The Idea of the Domesticated Animal Contract*, *Environmental Values*, n.6, 1997, p.411-425.

[30] Há outro modo de interpretar esse contrato, baseado na teoria evolucionária contemporânea. A tese é que os seres vivos são programados biologicamente para tentar sobreviver a todo custo a fim de transmitir seus genes. Assim, quando colocamos um animal em um zoológico e o fazemos se reproduzir, estamos contribuindo para que tal animal perpetue seus genes - o que seria do interesse último dessa criatura, nesta perspectiva.

[31] Marino, p.106.

[32] Kristien Hens, *Ethical Responsibilities Towards Dogs: An Inquiry into the Dog-Human Relationship*, *Journal of Environmental Ethics*, 22, 2009, p.3-14.

[33] Bok, p.769-795.

[34] Sue Donaldson; Will Kymlicka, *Zoopolis: A Political Theory of Animal Rights*, Oxford: Oxford University Press, 2011.

[35] O efeito psicológico da visita a um zoológico pode ser reverso: o próprio estado de cativo dos animais pode nos lembrar sobre o que está errado no nosso próprio modo de vida urbano, no nosso lamentável estado de moderno cativo dentro dos apartamentos – Randall L. Eaton, “Orcas and Dolphins in Captivity”, in Susan J. Armstrong; Richard G. Botzler (eds.), *The Animal Ethics Reader*, London: Routledge, 2003, p.447-451.

[36] As pessoas querem tocar ou, pelo menos, chegar perto dos animais em uma visita típica a um zoológico. Todavia, a simples presença, inesperada e ruidosa, de uma visitante próximo da jaula de um animal social pode perturbá-lo. O visitante também quer ver os animais em movimento. Ele provocará o animal para vê-lo reagir ou jogará comida na sua jaula. Isso também afeta negativamente o animal. Tudo isso reforça a mensagem de dominação antropocêntrica transmitida pelo zoológico aos seus visitantes.

[37] Segundo um estudo realizado, os animais de zoológico são apenas um pretexto para que o visitante tenha outros passatempos dentro da instalação. Os visitantes raramente conversam sobre animais. E, quando conversam, é para fazer piadas sobre a aparência de algum espécime. Descobriu-se também que os visitantes gastam a maior parte do seu tempo se deslocando entre os animais expostos, na lanchonete, fazendo compras na loja do zoológico ou em outras pausas. Quando observam realmente a exibição, os animais recebem apenas poucos segundos de atenção das pessoas – Newkirk, p.94-95.

REFERÊNCIAS

- Bensto, F. Zoophilia is Morally Permissible, *Journal of Controversial Ideas*, v.3, n.2, 2023.
- Bok, H. "Keeping Pets", in Tom Beauchamp; R.G. Frey (eds.), *The Oxford Handbook of Animal Ethics*, Oxford: Oxford University Press, 2011, p.769-795.
- Boonin, D. Robbing PETA to Spay Paul: Do Animal Rights Include Reproductive Rights? *Between The Species*, v.13, n.3, 2003, p.1-8.
- Cataldi, S. L. Animals and the Concept of Dignity: Critical Refletions on a Circus Performance, *Ethics & the Environment*, v.7, n.2, 2002, p.104-126.
- Cochrane, A. Do Animals Have an Interest in Liberty? *Political Studies*, v.57, 2009, p.660-679.
- DeGrazia, D. "The Ethics of Confining Animals: From Farms to Zoos to Human Homes", in Tom Beauchamp; R.G.Frey (eds.), *The Oxford Handbook of Animal Ethics*, Oxford: Oxford University Press, 2011, p.738-768.
- Donaldson, S.; Kymlicka, W., *Zoopolis: A Political Theory of Animal Rights*, Oxford: Oxford University Press, 2011.
- Doyle, C. "Elephants in Captivity", in Andrew Linzey; Clair Linzey (eds.), *The Palgrave Handbook of Practical Animal Ethics*, London: Palgrave Macmillan, 2018, p.181-206.
- Eaton R. L., "Orcas and Dolphins in Captivity", in Susan J. Armstrong; Richard G. Botzler (eds.), *The Animal Ethics Reader*, London: Routledge, 2003, p.447-451.
- Fischer, B. *Animal Ethics: A Contemporary Introduction*, New York: Routledge, 2021.
- Garner, R. *Animal Ethics*, Cambridge: Polity Press, 2005.
- Gruen, L. *Ethics and Animals: An Introduction*, Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- Gruen, L. "Incarceration, Liberty, and Dignity", in Andrew Linzey; Clair Linzey (eds.), *The Palgrave Handbook of Practical Animal Ethics*, London: Palgrave Macmillan, 2018, p.153-163.
- Hens, K. Ethical Responsibilities Towards Dogs: An Inquiry into the Dog-Human Relationship, *Journal of Environmental Ethics*, 22, 2009, p.3-14.
- Kendrick, H. Autonomy, Slavery, and Companion Animals, *Between The Species*, v.22, n.1, 2018, p.236-259.
- Laidlaw, R. "Marine Mammals in Captivity", in Andrew Linzey (ed.), *The Global Guide to Animal Protection*, Urbana: University of Illinois Press, 2013, p.63-65.
- Marino, L. "Captivity", in Lori Gruen (ed.), *Critical Terms for Animal Studies*, Chicago: The University of Chicago Press, 2018, p.99-111.
- Newkirk, I. *The PETA Practical Guide to Animal Rights*, New York: St. Martin's Griffin, 2009.

Palmer, C. The Idea of the Domesticated Animal Contract, *Environmental Values*, n.6, 1997, p.411-425.

Palmer, C. "The Moral Relevance of the Distinction Between Domesticated and Wild Animals", in Tom Beauchamp; R.G.Frey (eds.), *The Oxford Handbook of Animal Ethics*, Oxford: Oxford University Press, 2011, p.701-725.

Steinbock, B. Speciesism and the Idea of Equality, *Philosophy*, v. 53, 1978, p.247-258.

Singer, P. Heavy Petting, *Prospect*, April, 2001.

Zamir, T. *Ethics and the Beast*, Princeton: Princeton University Press, 2007.

SOBRE O AUTOR

Carlos Naconecy

Filósofo especialista em ética animal, ética da vida e ética ambiental. É pesquisador independente, autor e membro do Oxford Centre for Animal Ethics. Foi acadêmico visitante na Universidade de Cambridge,



Inglaterra. Dentre outras publicações, é autor de *Ética & Animais*, Edipurs, 2006, e editor de *Animals in Brazil*, Palgrave, 2019.